



DITADURA E DEMOCRACIA

Relações ambivalentes desafiam a historiografia

Criar uma nova narrativa que possa abordar a relação entre a ditadura e a sociedade brasileira de maneira mais complexa, considerando suas ambiguidades e a dimensão civil do regime ditatorial. Esse é o principal intuito do livro *Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988*, lançado no início de 2014, por Daniel Aarão Reis, professor de história contemporânea da Universidade Federal Fluminense (UFF). Partindo da crítica às memórias

apaziguadoras e reconciliatórias a respeito do período que se inicia com o golpe contra o governo de João Goulart, em 1964, e se estende, segundo a perspectiva do autor, até 1979, quando começa a chamada transição democrática, a abordagem de Aarão Reis insere-se numa historiografia mais recente, que desloca a versão hegemônica da ditadura enquanto regime imposto de cima para baixo e exercido exclusivamente pelos militares. Tal interpretação - contestada pelo autor - enfatizaria ainda, e por oposição, uma resistência à ditadura exercida por uma esquerda revolucionária, sem considerar a existência de uma zona cinzenta formada pela grande maioria da população, que oscilava entre "a simpatia não entusiasta, a neutralidade benévola, a indiferença ou, no limite, a sensação de absoluta impotência", escreve Aarão Reis. Sem esse apoio civil - ambíguo, mas ativo e consciente - os militares não teriam conseguido governar.

UM TEMA DIFÍCIL Os impasses enfrentados pela Comissão Nacional da Verdade, instaurada em 2012, pelo governo federal, com o objetivo de apurar as violações de direitos humanos ocorridas entre 1946 e 1988, estariam relacionados à difícil tarefa de lidar com as ambiguidades que marcam o regime ditatorial de 1964.

O país enfrenta dificuldades em lidar com o tema do apoio civil à ditadura. Para sinalizar tal recusa, Aarão Reis tece uma forte comparação com outras sociedades que tiveram que encarar as razões e desrazões da colaboração com regimes ditatoriais e totalitários: a sociedade francesa e o colaboracionismo com a dominação nazista; os alemães, em relação ao nazismo; os italianos e o fascismo; e a União Soviética stalinista. O senso comum de que "o brasileiro não tem memória" expressaria a dificuldade em se elaborar esse passado ambivalente.

ANOS DE CHUMBO, ANOS DE OURO

Modernização combinada com resistência e repressão - "anos de chumbo" e, ao mesmo tempo, "anos de ouro". Dentre as ambivalências da ditadura de 1964, destaca-se, ainda, a modernização do país, que contrariou as expectativas dos opositores que apostavam num fracasso da ditadura. Crescimento econômico, aparecimento e expansão de diversos setores industriais, incremento das telecomunicações, do sistema bancário, das rodovias e do complexo hidrelétrico. Tal período (1968-1974) conhecido como o do "milagre econômico" coincidiu com o recrudescimento da ditadura - enquanto estado de exceção - com o Ato Institucional número 5,

decretado por Costa e Silva, em 1968, fechando os parlamentos por um período indeterminado, dando poderes ilimitados ao presidente, proibindo atividades ou manifestações de natureza política. Tal recrudescimento visava fazer frente à oposição ao regime, que não era homogênea e coesa, e se fortaleceu, especialmente, nesse período. Havia a corrente moderada, articulada em torno do MDB (partido que, juntamente com a Arena, partido da situação, compunha o sistema bipartidário em voga); o movimento estudantil; e as organizações revolucionárias clandestinas, que apostavam na guerrilha urbana e rural e ações de captura de diplomatas estrangeiros. Em relação a essa resistência, a luta desigual acabou em massacre. “Encurralados por uma repressão crescentemente sofisticada e profissional, onde se misturavam oficiais das Forças Armadas, policiais civis e militares e notórios torturadores, os guerrilheiros, quase sempre inexperientes, dispendo apenas da vontade e da ousadia, foram escoraçados da história”, lembra o autor. No livro ele assinala que pensar as ambivalências da ditadura não implica em deixar de levar em consideração suas forças conservadoras e sua face mais radical: os aparelhos de repressão e a tortura como política de Estado.

A ideia de que tais aparelhos funcionassem de forma autônoma, sem o conhecimento dos ministros de Estado ou da Presidência da República carece de evidências e de sentido, tendo em vista a obediência à hierarquia e comando militar, enfatiza o historiador.

ESTATISMO COMO TRADIÇÃO POLÍTICA

Outra linha de argumentação que atravessa o livro é a que diz respeito ao Estado hipertrofiado como característica de uma cultura política brasileira. Se, a princípio, a ditadura, com o governo de Castello Branco, buscou investir num programa liberal-internacionalista e revogar as tradições controladoras do Estado brasileiro – fundadas com o Estado Novo, na ditadura de Getúlio Vargas (1937-1945) – acabou, na prática, marcada pelo desenvolvimentismo e intervencionismo estatal, criando uma série de instituições, empresas públicas e programas econômicos, mantendo, inclusive, a estrutura corporativa dos sindicatos atrelados ao Estado. Uma ditadura que se instaurou em nome da democracia e contra a corrupção. Muitas lideranças políticas – como Juscelino Kubitschek, Carlos Lacerda, Adhemar de Barros – apoiaram, num primeiro momento, o golpe, imaginando que os militares fariam uma intervenção pontual

que impediria o país de caminhar rumo ao socialismo: as reformas de base promovidas por Jango (reforma agrária, bancária, urbana etc) juntamente com a atmosfera internacional – a revolução cubana, os movimentos de libertação nacional na África e no mundo árabe – criaram um clima de medo de uma revolução socialista, ao qual responderam com um golpe defensivo aqueles que desejavam “salvar a democracia”.

RUPTURAS E PERMANÊNCIAS Nesse ínterim, um dos pontos mais instigantes do livro, desenvolvido no capítulo sobre a gênese da ditadura, aborda a ausência de resistência ao golpe militar concretizado na noite do dia 30 de março de 1964, e a “estranha derrota” dos reformistas que compunham e apoiavam o governo de João Goulart. O próprio presidente decidiu não fazer nada e se exilar no Uruguai. “Conferir até que ponto esse medo não teria contaminado lideranças reformistas pode oferecer uma chave para compreender melhor a paralisia e a irresolução frente ao golpe”, destaca Aarão Reis, lembrando, também, que uma questão que merece mais pesquisa e estudo é o movimento Marcha da Família com Deus pela Liberdade, realizado em várias e grandes cidades brasileiras, contando com milhares de pessoas. Pensar a relação entre ditadura

e democracia no Brasil, implica, portanto, levar em consideração as complexas configurações políticas e históricas que não admitem simplificações, oposições e julgamentos fáceis.

Um dos caminhos sugeridos por Daniel Aarão Reis, é o de considerar a intermitência entre estados de exceção (que abolem e criam leis a seu bel-prazer) e estados de direito, que não deixam de ser atravessados pelo autoritarismo.

Lançando mão de pesquisas realizadas anteriormente e criando uma narrativa fluente e acessível, Daniel Aarão Reis faz uma historiografia com foco na política institucional e nos grandes personagens da história.

No posfácio o autor faz referências mais intensas ao período recente, que elegeu Fernando Henrique Cardoso, Lula e Dilma Rousseff como presidentes, o que seria impensável há 50 anos. “Numa revolução que não disse o seu nome, anônima, sem datas precisas, épicas, sem claros divisores de água, de forma molecular, o país virou pelo avesso, refez-se uma cara. E mudou”.

Abre, assim, outras possibilidades de tratamento do tempo e suas transformações.

Carolina Cantarino

RANKINGS

Educação avaliada por métricas duvidosas em debate

Incontáveis modelos de classificação, com variados propósitos, métricas e metodologias, têm colocado em cheque a validade dos rankings escolares. A multiplicação de índices e listas impacta o modelo de educação e acaba por influenciar e alterar a orientação de escolas, sejam de ensino fundamental, médio ou superior.

Um relatório publicado em 2012 pela Academia Britânica, organização de ciências humanas no Reino Unido, concluiu que as listas classificatórias, de fato, afetam o comportamento. “Em alguns casos, isso pode ser bom, mas não universalmente. O governo, que tem sido em grande parte responsável por promover essas tabelas, deve pensar com mais cuidado sobre seus usos e dar atenção à sensibilização do público para suas propriedades. Há a necessidade de avaliar seu funcionamento num sentido amplo, de modo que os seus melhores aspectos possam ser preservados, ao mesmo tempo em que se limitam suas desvantagens. É fundamental, ainda, ressaltar a necessidade de abordar as limi-

tações de rankings: se são estatisticamente duvidosos, isso mina qualquer ponto forte que possam ter. E se é para ser contínuo, algumas das questões delineadas deverão ser direcionadas para garantir o cumprimento dos objetivos e ser realmente funcional aos *policy makers*, profissionais e público em geral”, escreveram os responsáveis pelo documento, intitulado “Measuring Success”.

A professora Ellen Hazelkorn, do Dublin Institute of Technology, explica em seu livro *Rankings and the reshaping of higher education: the battle for world class excellence* (MacMillan, 2011) que a crescente obsessão pelos rankings teve início na década de 1990. Ela menciona a revista *US News & World Report*, cuja edição especial sobre as melhores faculdades da América é publicada desde 1987, e conta que a intenção inicial era orientar os candidatos na escolha de uma escola.

Hoje, porém, fomentam uma ferrenha concorrência entre as instituições na busca pela legitimação de excelência e prestígio. “Rankings são um fenômeno cultural muito típico de nossa cultura de mercado. Gostamos de saber quem está em primeiro lugar, quem é o campeão. Acharmos natural fazer isso com times de futebol, corridas de automóveis, de cavalos, com cantores de televisão, índices de saúde, pobreza, felicidade, bem-estar,